

PROFISSIONAIS DE DANÇA: ensino formal e ensino informal

Clarice Contreiras¹

Resumo: Este artigo objetiva apresentar o modo como os profissionais da Dança estão inseridos em um amplo mercado de trabalho que há dez anos vem crescendo significativamente, como área de conhecimento e campo de atuação. Nesta perspectiva a abordagem deste estudo está direcionada para o modo como os profissionais da Dança são formados para atuar neste mercado de trabalho.

Palavras – chave: Dança, profissional, formação, mercado de trabalho.

O sociólogo Boaventura de Sousa Santos (2010) provoca a reflexão sobre a dicotomia educação-trabalho. Esta dicotomia começou por significar a existência de dois mundos com muito pouca ou nenhuma comunicação entre si: o mundo ilustrado e o mundo do trabalho (SANTOS: 2010, p.195). Este pensamento pode ser aplicado à formação dos profissionais de Dança, pois, como aponta o Plano Setorial de Dança², existem duas formas de profissionalização: o ensino formal ou ilustrado (Universidade) e o ensino informal (cursos técnicos, academias, ONGs), pretendendo assim atender o mercado de trabalho no campo da Dança.

O mundo ilustrado que inicialmente servia para a formação do caráter e transmissão de conhecimentos adquiridos apenas na universidade, neste diapasão, pouco dialogava com o mundo do trabalho, que estava voltado para produção. Para Boaventura (2010), quando o trabalho começa a ser também intelectual, qualificado, produto de uma formação profissional mais ou menos prolongada, a educação passa a divergir entre a cultura geral e formação profissional, e o trabalho, entre o não qualificado e o qualificado.

¹ Mestranda em Dança – PPGDAN – UFBA, claricecontreiras@bol.com.br

² Plano Setorial de Dança. O Plano Nacional da Dança (PND) faz parte do Plano Nacional de Cultura (PNC) e aponta diretrizes que refletem a diversidade da área de dança, seus multifacetados aspectos e contribui para a consolidação de políticas públicas para a dança.



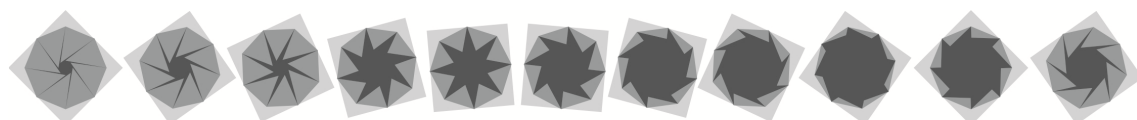
A necessidade de atender a demanda de novas profissões nos mercados de trabalho em expansão faz com que surjam, ao lado das universidades “tradicionais”, outras instituições especificamente vocacionadas para a formação profissional. Em consequência, o número de universidades aumenta, surgindo cursos “não tradicionais” (SANTOS: 2010, p.196).

Há um questionamento sobre a relação educação e trabalho apontado por Boaventura - parece ser esta uma relação de correspondência estável, entre titulação e trabalho. Porém na contemporaneidade houve uma mudança de paradigma no que tange as relações de trabalho. O trabalho neste novo modelo não é mais o eixo seguro para se fixar os projetos de vida. Vive-se em uma época de grande transitoriedade e volatilidades nas relações, de grandes transformações.

A acelerada transformação dos processos produtivos faz com que a educação deixe de ser anterior ao trabalho para ser concomitante deste. A formação e o desempenho profissional tendem a fundir-se num só processo produtivo, sendo disso sintomas as exigências da educação permanente, da reciclagem, da reconversão profissional. (SANTOS: 2010, p.197)

A dicotomia educação-trabalho, no campo da Dança, torna-se evidente quando o profissional da área, que se apresenta como um profissional hiperflexível que se insere em uma lógica empreendedora de trabalho, precisa ocupar os espaços do mercado. Assim, formação profissionalizante anterior ao trabalho perde o sentido de investimento, a depender do emprego e atuação.

Entretanto, as incertezas do mercado de trabalho e a volatilidade das formações profissionais são características, conforme Boaventura (2010), que induzem os profissionais a uma formação cultural mais sólida e ampla, preparando-os para enfrentar, com êxito, as exigências sofisticadas do processo produtivo. Reforçando a premência de profissionais bem formados para atuar no mercado.



ENSINO FORMAL E ENSINO INFORMAL

No item *Formação* do Plano Setorial de Dança (2005), fica bastante evidente que a formação do profissional de dança pode ser feita de modo informal. Este documento faz referência há um número insuficiente de cursos de graduação no país frente à demanda que o mercado de trabalho necessita, já que a Dança como atividade profissional vem crescendo significativamente nos últimos anos.

O censo revisado e registrado no caderno de diretrizes gerais para o Plano Nacional de Cultura, elaborado depois da Conferência Nacional de Cultura, aponta a dança como segunda atividade artística mais disseminada no território nacional, dados do último levantamento fornecido pelo IBGE (BRASIL: 2005, p.12).

Uma das diretrizes do Plano Setorial é que haja em dez anos, contados a partir do ano da feitura do relatório (2005), a implantação de centros de excelência, cursos de graduação e pós em Dança, *strictu sensu*, nas cinco regiões do país, com o intuito de aumentar a produção de conhecimento, com profissionais mais qualificados e uma maior quantidade de publicações.

Traçando um paralelo do Plano Setorial com a CBO³, percebe-se que ambos os documentos abordam a questão da formação do profissional em Dança reconhecendo que não há obrigatoriedade em uma escolaridade formal, porém enfatizam que a ocupação, no amplo e diversificado mercado de trabalho, seja feita por profissionais que possuam curso superior na área.

³ CBO- Classificação Brasileira de Ocupações. A estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, resultado do convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas -ONU, por intermédio da Organização Internacional do Trabalho- OIT, no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos (projeto BRA/70/550), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIU de 1968. A CBO é referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas da política de trabalho no País. Disponível em: <[HTTP://WWW.mtecbo.gov.br/cbosites/pages/home.jsf](http://www.mtecbo.gov.br/cbosites/pages/home.jsf)>



Se considerar a situação dos trabalhadores mais qualificados, o trabalho flexível contribui para o alargamento de oportunidades, na medida em que pode estar associado a outras oportunidades de trabalho e remunerações adicionais, bem como pode viabilizar uma melhor conjugação entre tempos de trabalhos, formação e desempenho. (GOMES e MARTINHO: 2009 p.158)

No ano de 2005, o até então estudante de mestrado na Escola de Dança/ UFBA, Alexandre Molina⁴, fez em sua dissertação um breve mapeamento das graduações em dança no país. O olhar de sua pesquisa é direcionado, preponderantemente, para a análise dos documentos destas instituições que orientam a formação do professor de Dança. Molina (2008) ressalta que a trajetória da Dança no ensino superior no Brasil teve seu início com a criação do primeiro curso em 1956, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Por quase 28 anos, a UFBA foi a única instituição a formar profissionais de dança em nível superior no Brasil.

A importância do surgimento de um curso superior na área de dança cria a possibilidade de sistematizar informações e gerar conhecimento na área, alavancando reflexões sobre as produções artísticas da época (MOLINA: 2008).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ⁵ (INEP), disponibiliza, por intermédio do Sistema de Regulação do Ensino Superior ⁶ (e-MEC), o cadastro das instituições de educação superior onde podem ser localizados os cursos de graduação em Dança de todo o território nacional. Figuram neste cadastro vinte e três cursos de nível superior em Dança: treze em instituições federais; quatro em instituições estaduais e nove em faculdades particulares.

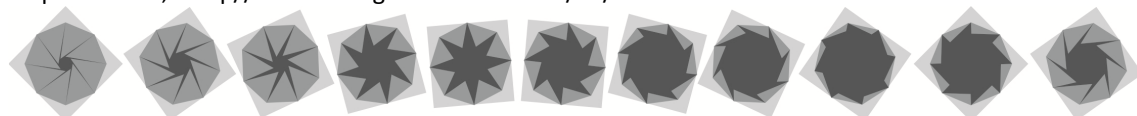
⁴ Alexandre Molina, Mestre em Dança – (2008)- Sua dissertação (Im) Pertinências Curriculares nas Licenciaturas em Dança no Brasil, consiste em avaliar os currículos de cinco cursos de licenciatura em dança no Brasil referindo-se a maneira como tais cursos sistematizaram suas propostas educacionais a partir dos princípios de integração entre teoria e prática e a conexão de saberes.

⁵ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro.

Disponível em <[http : portal.inep.gov.br](http://portal.inep.gov.br)> acesso 25/09/2011

⁶ Sistema de regulação do ensino superior – e -MEC

Disponível em, <<http://emec.mec.gov.br>> acesso 25/09/2011



A partir do ano de 2004 há um aumento significativo de oferta dos cursos de graduação em Dança nas Universidades Federais. A expansão da educação superior aconteceu por causa do *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI*⁷, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

Com o Reuni, o governo federal adotou uma série de medidas para retomar o crescimento do ensino superior público, criando condições para que as universidades federais promovam a expansão física, acadêmica e pedagógica de rede federal de educação superior. Os efeitos da iniciativa podem ser percebidos pelos expressivos números de expansão iniciada em 2003 e com previsão de conclusão até 2012. (BRASIL: 2010)

A primeira década do século XXI fica marcada pela expansão dos cursos de graduação nas instituições federais de ensino superior (IFES). Conseqüentemente podem ser observados no texto do documento do Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior⁸, duas fases nesta expansão, a primeira fase se caracteriza pelo movimento de interiorização da oferta de vagas públicas, com a criação de novos campus e novas IFES; em seguida a oferta de vagas nas instituições já consolidadas. Esta expansão, no ano de 2007 com o início do REUNI, induz as instituições a reestruturarem os currículos a fim de melhorar o processo formativo na graduação. O aumento na oferta de vagas abre novas oportunidades, facilitando o acesso aos cursos de graduação correndo uma mudança no perfil estudantil.

O panorama dos cursos superiores em Dança apresentado pelo INEP revela uma oferta maior dos cursos de Licenciatura. São dezesseis cursos de licenciatura e apenas

⁷ REUNI é uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

Disponível em < <http://reuni.mec.gov.br> > último acesso em 19 de outubro de 2011.

⁸ Ministério da Educação – Secretaria de Educação Superior. Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e Similares, documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela portaria SESU/MEC nº 383, de 12 de abril de 2010.



cinco cursos de bacharelado. O quê leva a deduzir que, há uma necessidade do mercado pelo professor de dança licenciado.

O parágrafo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9.394/96 assegura o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, contemplando todas as linguagens artísticas: teatro, dança, artes visuais e música, com seus conteúdos específicos.

Ainda prevê a legislação nacional que apenas o professor possuidor do diploma de licenciatura atuará na educação formal, seja pública ou privada.

A área de Dança, nos últimos dez anos, apresentou um crescimento significativo. Surgiram dezessete novas faculdades de dança; destas, treze são públicas. Destarte, as diretrizes contidas no item *Formação* do Plano Setorial de Dança (2005), estão alcançando seu objetivo: ampliar a oferta nas instâncias públicas para a formação do profissional em dança, nos níveis técnico e superior. (BRASIL: 2005, p. 63)

O incremento da oferta dos cursos de graduação em Dança contribui para a ampliação da produção e difusão do conhecimento, sendo este um dos resultados almejado pelo Plano Setorial (2005).

A descrição do perfil profissional, área de atuação e os temas abordados na formação do licenciado em Dança feita pelo Ministério da Educação e Cultura⁹ (MEC), na área II, comunicação e artes, referencial da dança – licenciatura, traça um profissional diversificado, porém enfatiza nesta diversidade o papel do educador e estipula como carga horária mínima na formação deste profissional 2.400 horas.

O licenciado em Dança é o artista-educador que relaciona teoria e prática pedagógica em seus aspectos críticos, reflexivos e conceituais. [...] Domina competências específicas da dança e do ensino e os aplica na aprendizagem significativa da dança no exercício da cidadania. Desenvolve atividades educacionais na dança em interação com outras linguagens artísticas e atua como agente cultural incentivador de atividades artísticas e de apreciação crítica e estética no meio sócio-político-educacional

⁹ Disponível em <<http://sejaumprofessor.mec.gov.br/index.php>> último acesso 15/09/2011



em que vive. Reflete criticamente sobre os aspectos políticos e culturais da ação educativa e sobre seu papel de educador na sociedade, propondo inclusive, novas frentes de atuação artístico-educacional. (BRASIL: 2011)

Na orientação do MEC quanto aos temas que devem ser abordados para a formação do professor de dança e pelo perfil profissional percebe-se que esta formação não deve estar atrelada unicamente às matérias de pedagogia ou às técnicas específicas de Dança.

Os temas que devam ser abordados são: educação e pedagogia em dança; diversidade cultural, educacional e estética; improvisação e composição coreográfica; técnicas e criatividade em dança; diálogos entre danças e outras linguagens; novas tecnologias e as diversas manifestações artísticas e culturais; história, filosofia, cultura e cinesiologia em suas interfaces com a dança. Retomando o pensamento de Boaventura (2010), a mutação constante dos perfis profissionais tem vindo a recuperar o valor de uma educação geral, uma visão global de mundo e das suas transformações.

A área de atuação descrita pelo MEC para o profissional da Dança é diversa e ampla como a área delineada pela Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. E descreve o perfil de um profissional que deverá apresentar uma postura flexível e ampla capaz de atuar no complexo mercado de trabalho das artes, abordado no primeiro capítulo deste estudo.

O exercício das profissões de artistas e de técnico em Espetáculos de Diversões é regulado pela Lei Nº 6.533¹⁰, de 24 de maio e 1978. Para efeito desta lei é considerado como artista, o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública (BRASIL: 1978).

A Lei 6.533/78 deixa claro que para o exercício da profissão de artista é imperativo um prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho, tendo validade em todo o território nacional.

¹⁰ Disponível na íntegra no site, <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm>
Acesso 27/09/2011



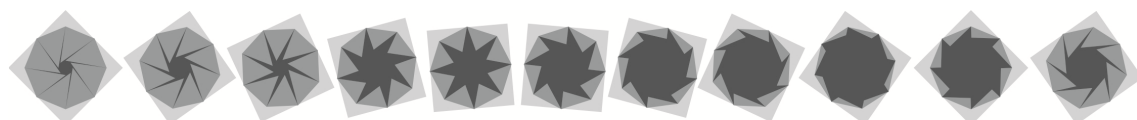
O artigo 7º desta lei cita três formas possíveis de se obter o registro de artista: a primeira forma (inciso I), obtendo o diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática, ou outros cursos semelhantes reconhecidos como forma da lei, a segunda forma (inciso II), possuindo diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais de 2º Grau de Ator, Contra-regra, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da Lei, e por último (inciso III), com o atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva.

Observa-se que a lei 6.533/78, não explicita todas as possíveis atuações do profissional de dança, mas os incisos II e III, do artigo 7º, evidenciam a possibilidade de uma formação “informal” do profissional em arte. Deste modo a formação do profissional de dança não acontece exclusivamente na universidade, pode ocorrer nos cursos profissionalizantes ou mediante comprovação por atestado do Sindicato representativo da categoria.

Entretanto, considerando que artista é o profissional que cria, interpreta ou executa obra, conforme descrito na Lei 6.533/78 e o trabalho criativo comporta incerteza e indeterminação, a trajetória da formação deste profissional pode tanto alargar suas possibilidades de atuação como estreitar o horizonte deste profissional.

Na época da feitura da lei, a Dança como atividade profissional acadêmica era pouco disseminada, apesar da Escola de Dança da UFBA, já existir há 22 anos. No eixo Rio – São Paulo, o estudo da dança esteve protegido pelas Escolas Municipais de Bailados dos teatros.

O ensino da Dança na história da universidade é relativamente recente. Herança da tradição européia, a formação do profissional de dança durante a primeira metade do século passado ocorreu, quase que exclusivamente, nos teatros das grandes cidades. Ou seja, nos Teatros Municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo. (AQUINO: 2001, p.37)



A Prof^a. Dr^a. Dulce Aquino¹¹ (2001), em seu artigo *Dança e Universidade: desafio à vista* relata que o ensino de dança na história da Universidade é relativamente recente e a formação deste profissional pode acontecer à margem deste contexto. Entretanto, como já visto anteriormente, o ensino da Dança consolida-se nas universidades brasileiras, o que contribui e legitima a produção de conhecimento, reconhecendo-a como área autônoma.

O fato é que, na última década, o mercado de trabalho em Dança expandiu-se. E a perspectiva de atuação neste mercado mais diversificado e exigente tem atraído uma nova geração de artistas para o ambiente universitário (AQUINO: 2001, p.40).

Sabe-se que não é exclusiva da universidade a formação deste profissional, porém, mesmo sendo de caráter informal, há regras de acesso ao exercício da profissão, cuja preocupação maior está em reforçar a qualificação de todos profissionais que deverão ocupar os espaços de trabalho.

ESCOLA DE DANÇA/UFBA: FORMAÇÃO DO ALUNO COMO ARTISTA, DOCENTE E CRÍTICO.

A Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia foi criada em 1956, em um projeto inovador do Reitor Edgard Santos (1884-1962) com o propósito de ampliar o espaço das artes dentro da Universidade, tornando-se referência e marco em todo território nacional. Como relata Aquino (2001) foram claras e decisivas as influências desse centro artístico avançado, do ponto de vista tanto da sua produção artística quanto do processo de formação acadêmica.

O contexto no qual a Escola de Dança foi criada, implantando os Cursos de Magistério Superior (Licenciatura) e Magistério Elementar (formação do dançarino profissional), um modelo de vanguarda modernista contrapondo com o modelo usual de formação do profissional de dança da época, fez da Escola de Dança/UFBA um centro de formação, produção e difusão de conhecimento, que por trinta anos permaneceu

¹¹ Dulce Aquino – Pró – Reitora dos cursos de extensão da UFBA, professora doutora da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia e consultora de dança do Itaú Cultural.



como a única instituição no País a graduar profissionais de dança. Este traço vanguardista da Escola permanece até hoje, influenciando e servindo como modelo para muitos cursos superiores que surgiram posteriormente.

Com a estrutura curricular centrada no ideário modernista e com a marca do expressionismo alemão trazida pelos primeiros diretores Yanka Rudska (1956-1958) e Rolf Gelewski (1960-1965), os cursos se organizavam em um amplo leque de disciplinas. Essas disciplinas convergiam para a formação de um dançarino com ampla bagagem acadêmica, capaz de investigar a dança como linguagem e atuar criativamente no cenário artístico. (AQUINO: 2001, p. 42)

O histórico da Escola de Dança apresentado no documento *Uma Nova Proposta Político Pedagógica para o curso de Dança*¹² mostra o ano de 1971 como um marco pela Reforma Universitária aprovado pelo Conselho Federal de Educação – CFE. Resolução s/n de 19 de agosto de 1971, que regulamentou os currículos mínimos dos Cursos Superiores de Dança. Tendo como modelo o currículo que vinha sendo aplicado na Escola de Dança desde o ano de 1956.

Foi a partir da Reforma Universitária feita em 1971, em pleno regime militar, que a Escola de Dança estabelece duas formas de conclusão de curso e habilitação: Licenciatura em Dança e Dançarino Profissional. As disciplinas passam a ser por sistema de créditos e semestrais.

Algumas mudanças aconteceram na estrutura curricular dos cursos de dança desde a fundação da Escola em 1956. A primeira delas em 1971, porém foi em 1994 com o parecer de nº 524/94 aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação que ocorreu uma correção na defasagem da carga horária e uma tímida ampliação e atualização do bloco de disciplinas optativas oferecidas pela Escola. (UFBA: 2004, p.05)

¹² Universidade Federal da Bahia, Escola de Dança - Projeto Político Pedagógico. Uma Nova Proposta Político Pedagógica para o Curso de Dança, apresentado em setembro de 2004.



O Projeto Político Pedagógico da Escola de Dança cita que por vinte e sete anos o currículo desta instituição foi praticamente inalterado e que é preciso compreender a universidade como uma instância formativa, produtiva e transformadora. Portanto, no ano de 2000 a UFBA deu início ao Programa de Reconstrução Curricular, tendo a Escola de Dança como uma das instituições que fizeram parte deste programa, repensando os conteúdos e metodologias agora em sintonia com os novos paradigmas da contemporaneidade. No caso específico da dança a reforma favoreceu um olhar voltado para proposições pedagógicas mais adequadas as demandas do campo profissional da dança. No período da reforma do Projeto Político Pedagógico a Professora Beth Rangel ¹³ ocupava o cargo de coordenadora do Colegiado dos Cursos de Dança e destarte capitaneou todo o processo da reforma até sua implantação.

O ano de 2001 foi determinado como marco zero para aplicar a proposta piloto de uma experiência de ensino – aprendizagem de caráter transdisciplinar, definindo assim o início da reforma curricular para o curso de Dança da UFBA.

Assumindo tal desafio, bem como o seu papel histórico, a Escola de Dança da UFBA iniciou o ano letivo de 2001 com uma proposta piloto aplicado aos novos alunos dos cursos, como ponto de partida da ampla reforma curricular a ser implantada a partir dos novos paradigmas educacionais. Para tanto, a comissão responsável pela elaboração da reforma teve o cuidado de criar mecanismos que propiciassem a ampla participação da comunidade acadêmica nas várias etapas de seus trabalhos, logrando o envolvimento da quase totalidade do corpo docente e produzindo uma constante divulgação junto ao corpo discente. Nenhuma reforma pode, na atualidade, conseguir bons resultados se não houver a participação dos atores que executarão as mudanças necessárias para sua efetivação. (AQUINO: 2001, p.48)

¹³ Beth Rangel – Diretora da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia. Professora da Escola de Dança da UFBA. No período de 2000 a 2005, coordenou o processo de reconstrução curricular e elaboração do novo projeto político-pedagógico do Curso de Licenciatura em Dança da UFBA.

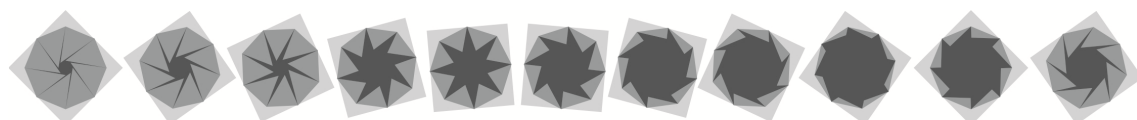


Acredita-se então que a partir da reforma a universidade efetivamente instrumentalize seus alunos para que estes sejam profissionais críticos, conscientes, criativos, atuantes e transformadores na sociedade. O perfil agora do aluno graduado em dança passa a ser de um profissional capaz de enfrentar desafios complexos e diversificados, com o momento atual da dança. (UFBA: 2004, p.12)

Dez anos já se passaram da aplicação do plano piloto (2001) e hoje o novo currículo da Escola de Dança se mostra consolidado e eficaz. A organização dos componentes curriculares no novo currículo constitui-se de uma estrutura inovadora dentro dos padrões já conhecidos de currículos. A proposta nesta nova organização se propõe a reintegrar os conteúdos das disciplinas, visto que a reforma feita em 1971 implantou o sistema de créditos e disciplinas semestrais causando, por conseguinte uma fragmentação do ensino, não só do ponto de vista estrutural, metodológico como o conceitual. Conforme citado no Projeto Político Pedagógico (2004), divorciaram-se as diferentes estruturas intra-universitárias; dissociaram teoria e prática, ensino, pesquisa e extensão, disciplinas e conteúdos curriculares; o que contraria as dinâmicas transformações da contemporaneidade, ao confinar o conhecimento em dimensões isoladas.

Portanto, o novo currículo objetiva equacionar os três centros de orientação que servem como base para se pensar e organizar um currículo, que são: o aluno (na perspectiva do cidadão, do artista e do profissional), o conhecimento (em seus aspectos conceituais e operacionais, avaliados em cada situação educacional) e o contexto sócio-cultural que está relacionado diretamente com os dois anteriores e em consonância com os paradigmas da contemporaneidade.

A estrutura dos componentes curriculares neste novo projeto se apresenta em módulos no seguinte formato: componentes específicos (estudos do corpo, estudos crítico-analítico e estudos dos processos criativos), componentes práticos (laboratórios do corpo e laboratórios de criação coreográfica), componentes pedagógicos (fundamentos psicológicos da educação e organização da educação brasileira) e componentes do estágio pedagógico (arte como tecnologia educacional I e II, didática e práxis pedagógica I e II e prática da dança na educação). Cada um destes componentes



curriculares é trabalhado por no mínimo dois professores simultaneamente e estes professores têm competências específicas dos estudos demandados e desenvolvidos.

Nesta estrutura identificam-se três temas que são eixos centrais no decorrer da formação do profissional graduado pela Escola de Dança sendo estes: a contemporaneidade (tema/questão do 1º ano), identidade(s) / diversidades (tema/questão do 2º ano) e a prática do ser cidadão enquanto profissional artista e educador (tema/questão do 3º ano).

Esses temas se considerados como transversais, desenvolvidos em todos os módulos, estimulam o diálogo entre informações, experiências criativas seguidas por reflexões críticas, indicando claras perspectivas de construção de novas práticas pedagógicas transdisciplinares. (UFBA: 2004, p 13)

A concepção pedagógica que assume um caráter transdisciplinar após a reforma, se fez desafiador para todos os que nele estavam envolvidos, professores, alunos e funcionários da escola. Os componentes curriculares foram pensados e estão dispostos de forma a criar um profissional de dança capaz de produzir conhecimento na área, sendo ao mesmo tempo sensível à necessidade de intervir criativamente na sociedade e podendo contribuir para o crescimento sócio-cultural do país nos diversos setores que pode este profissional atuar.

CONCLUSÃO

A Arte como profissão se encontra em um mercado de inseguranças e riscos. O trabalho em dança está inserido neste mercado e serve como referência para o modelo de profissional contemporâneo, que está inserido em um modo flexível de trabalho, com trabalhos temporários, independentes, onde o próprio trabalhador cria seu espaço no mercado assumindo os riscos da profissão.

Nesta perspectiva os profissionais da Dança, mesmo não sendo imperativo possuir formação superior para atuar no mercado de trabalho conforme fica exposto na Lei nº633 vem nos últimos anos buscar uma formação mais sólida e ampla para



enfrentar com êxito, as exigências sofisticadas do processo produtivo da área que se encontra em ampla expansão nos últimos 10 anos.

O crescente aumento de cursos superiores na área reforça a necessidade e importância de profissionais bem formados para atuar no mercado de trabalho, fortalecendo e legitimando a Dança como área autônoma de conhecimento.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Dulce. **Dança e Universidade: desafio à vista**. IN: SOTER, Sílvia e PEREIRA, Roberto. Lições de Dança 3. Rio de Janeiro: UniverCidade Editora, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BRASIL. **Câmara e Colegiado Setorial de Dança. Relatório de Atividades 2005 – 2010**. Conselho Nacional e Política Cultural. Brasília, 2005.

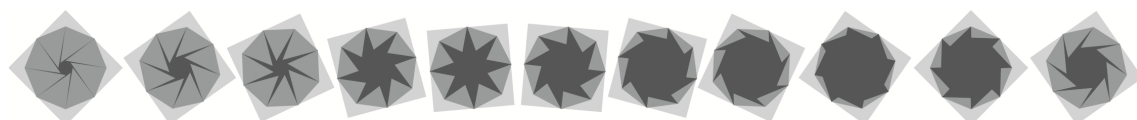
GOMES, Rui Telmo e MARTINHO, Teresa Duarte. **Trabalho e qualificação nas actividades culturais. Um panorama em vários domínios**. Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2009.

MOLINA, Alexandre José. **(Im)pertinências curriculares nas licenciaturas em dança no Brasil**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Dança) – Escola de Dança Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, **Escola de Dança. Uma Nova Proposta Político-Pedagógica para o Curso de Graduação em Dança**. Salvador: 2004



REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

BRASIL. **Câmara e Colegiado Setorial de Dança. Relatório de Atividades 2005 – 2010.** Conselho Nacional e Política Cultural. Brasília, 2005. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2011/05/27/plano-nacional-de-cultura>>. Acesso em: 07/09/2011.

BRASIL. Lei Nº 6533, de 24 de maio de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de artistas e de técnico em espetáculos de diversões e de outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6533.htm>. Acesso em: 10/09/2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**, nº 9394/96, cap. II, seção I, artigo 26. Brasília: DF, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15/09/2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Sistema de Regulação do Ensino Superior – e-MEC.** Brasília: DF, 2011. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 25/09/2011.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.** Portaria Ministerial nº 397, de 09 de outubro de 2002. Brasília: DF, 2002. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosites/pages/home.jsf>. Acesso em: 05/07/2011

GOMES, Rui Telmo e MARTINHO, Teresa Duarte. **Trabalho e qualificação nas actividades culturais. Um panorama em vários domínios.** Lisboa: Observatório das Actividades Culturais, 2009. Disponível em: <http://www.oac.pt/docs/electronicos.htm> Acesso em: 07/08/2011.

